

APÊNDICE V-A
Memória de cálculo da PCFP (posto tradicional)

Esta memória de cálculo é comum a todos os órgãos participantes, se houverem. Ela é compatível com contratos com vigência inicial informada na tabela 1. É compatível também com postos com contratos de trabalho tradicional, com duração em meses informada na tabela 2:

Tabela 1 - Vigência inicial do contrato em meses

	Duração em meses
Vigência inicial do contrato	12

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 - Duração dos contrato de trabalho em meses

	Duração em meses
Contrato de trabalho tradicional [1]	12
Contrato de trabalho temporário	4

Notas explicativas:

[1] A quantidade de meses do contrato de trabalho tradicional corresponde à vigência inicial do contrato.

É importante lembrar que a convenção ou acordo coletivo de trabalho terão prevalência sobre a legislação infraconstitucional, conforme art. 611-A da CLT e repercussão geral reconhecida (Tema 1.046) pelo STF.

Dados básicos

Para a elaboração das planilhas de custos dos postos, foram considerados, além desta memória de cálculo, os dados básicos para a PCFP (Apêndice IV) e os insumos a serem fornecidos (Apêndice III).

Módulo 1 – Composição da remuneração

Quanto aos adicionais de periculosidade e insalubridade, foi considerado o laudo elaborado pela equipe de Segurança de Trabalho do IFRN e nas características da presente contratação. Vale destacar que a contratada deverá elaborar seu próprio laudo, para justificar o pagamento ou não dos adicionais de periculosidade e insalubridade aos seus empregados que irão prestar os serviços ora contratados.

Não haverá adicional noturno, pois não será necessária a prestação de serviços durante o período noturno (das 11 horas da noite às 5 da manhã).

Na tabela a seguir, estão demonstrados os dados relativos ao módulo 1, considerados no cálculo do valor estimado de cada posto.

Tabela 3 - Dados relativos ao módulo 1, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo	Base de cálculo	Fundamento
B	Adicional de periculosidade [1]	0,00%	Salário-base x Adicional de periculosidade	Salário-base	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 193, § 1º)
C	Adicional de insalubridade [1]	0,00%	Base de cálculo x Adicional de insalubridade	Salário-mínimo [2] ou outro valor definido em CCT/ACT (ver Dados da empresa para a PCFP)	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 192); Súmula 228 do TST

Notas explicativas:

[1] Quanto aos adicionais de periculosidade e insalubridade, foi considerada, para fins de estimativa de custos, a avaliação da equipe de engenheiros de Segurança do Trabalho da Contratante, demonstrada no APÊNDICE IV-C. O licitante poderá manter ou alterar o valor do adicional de periculosidade e/ou insalubridade, caso julgue necessário. Todavia, em ambos os casos, o pagamento ou não de cada um destes adicionais está condicionado a apresentação do respectivo laudo, conforme termo de referência.

[2] A utilização do valor do salário-mínimo como base de cálculo para adicional de insalubridade tem respaldo no entendimento do STF, conforme trecho a seguir:

"É importante assinalar, neste ponto, que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 565.714/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, não obstante a diretriz que viria a ser consolidada na Súmula Vinculante nº 4/STF, reconheceu, ainda que de modo excepcional e sempre em caráter meramente supletivo, a possibilidade de utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem pecuniária de servidor público ou de benefício laboral de empregado, até a superveniência de legislação pertinente ou, quando viável, de celebração de acordo coletivo ou de convenção coletiva de trabalho. Na realidade, esta Suprema Corte, ao assim decidir, construiu solução transitória destinada a obstar a ocorrência de indesejável estado de 'vacuum legis'. [AI 344.269-AgR-AgR/SP, rel. min. Celso de Mello, 2ª T, j. 23-06-2009, DJE 148 de 06-08-2009]

Em consonância com este entendimento, a AGU lembra que o piso salarial pode ser utilizado como base de cálculo em substituição ao salário-mínimo, ao orientar que:

"O PISO SALARIAL DA CATEGORIA ESTABELECIDO POR CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, ACORDO COLETIVO DE TRABALHO OU SENTENÇA NORMATIVA SOMENTE PODERÁ SER ADOTADO COMO BASE DE CÁLCULO SE O INSTRUMENTO COLETIVO DISPUSER, EXPRESSAMENTE, SOBRE TAL DIREITO." [CONCLUSÃO DEPCONS/PFG/AGU Nº 147/2018]

Como a CCT não dispõe sobre a base de cálculo, caso o adicional de insalubridade fosse aplicável, seria calculado sobre o salário-mínimo.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Além de serem previstos em legislação trabalhista, os encargos e benefícios concedidos tem como base as convenções e acordo coletivos de trabalho considerados, os quais já foram demonstrados.

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

Os custos que compõem o submódulo 2.1 estão previstos na legislação trabalhista. A tabela a seguir demonstra as principais informações referentes aos componentes deste submódulo, inclusive a memória de cálculo de cada percentual. A tabela se aplica a todos os postos.

Tabela 4 - Dados relativos ao submódulo 2.1, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo (%)	Base de cálculo	Fundamento
A	13º Salário [1]	8,33%	percentual relativo ao 13º Salário	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, VIII).
B	Férias e Adicional de Férias [1] [2] [3]	12,10%	percentual relativo a Férias e Adicional de Férias	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XVII).

Notas explicativas:

[1] Percentual estabelecido na tabela "Reserva mensal para pagamento de encargos trabalhistas", conforme Anexo XII da IN 5/2017-SEGES/MP (Conta-depósito vinculada).

[2] O órgão que adota a conta vinculada é obrigado a reter 12,10% de férias e adicional de férias por força da IN 5/2017 em seu anexo XII. O custo relativo às férias corresponde a 9,08% e o do adicional de férias a 3,02%.

[3] Caso o contrato seja prorrogado, este percentual passará a ser de 3,02% já a partir do 2º ano de contrato, pois não será mais necessário provisionar o valor relativo às férias neste submódulo, mas apenas o adicional de férias (1/3). Acontece que, quando da prorrogação contratual, as férias torna-se custo não renovável, conforme nota 3 do submódulo 2.1. da planilha de custo. Este ponto foi incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018.

Fonte: Elaboração própria

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

Os custos que compõem o submódulo 2.2 também estão previstos na legislação trabalhista. Os percentuais dependerão do tipo de contrato de trabalho, se tradicional ou temporário. As tabelas a seguir demonstram as informações relativas aos componentes deste submódulo para os postos com contrato de trabalho tradicional e temporário, com notas explicativas.

Tabela 5 - Dados relativos ao submódulo 2.2, para os postos com contrato de trabalho tradicional

Item	Descrição	%	Memória de cálculo (%)	Base de cálculo	Fundamento
------	-----------	---	------------------------	-----------------	------------

A	INSS	20,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.212/1991 (art. 22, I).
B	Salário Educação	2,50%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto nº 87.043/1982 (art. 3º, I); Lei nº 9.424/1996 (art. 15)
C	SAT [1]	6,00%	RAT x FAP = 3% x 2 = 6%	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.212/1991 (art. 22, II); Decreto nº 3.048/1999 (anexo V); Decreto nº 6.957/2009.
D	SESI/SESC	1,50%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto-Lei nº 9.853/1946 (art. 3º), Lei nº 8.036/1990 (art. 30).
E	SENAI/SENAC	1,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto-Lei nº 6.246/1944 (art. 1º); Decreto-Lei nº 8.621/1946 (art. 4º).
F	SEBRAE	0,60%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.029/1990 (art. 8º)
G	INCRA	0,20%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto-Lei nº 1.146/1970 (art. 1º).
H	FGTS	8,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.036/1990 (art. 15); Constituição Federal (art. 7º, III).
Total		39,80%			

Notas explicativas:

[1] O percentual relativo ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho) é obtido multiplicando o grau de risco (RAT) pelo Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Para fins de estimativa, foram considerados os seguintes dados:
- RAT: Será considerado como grau de risco (RAT), 3%, que é o aplicável para "Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais" (CNAE 8111-7/00) e "Atividades Paisagísticas" (CNAE 8130-3/00), conforme o Anexo V do Decreto n. 3.048/1999.
- FAP: Nesta estimativa, será considerado o FAP máximo, que equivale a 2, conforme o art. 202-A, § 1º, do referido decreto].
Todavia, a empresa deverá utilizar seu próprio índice, atribuído pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e consultado através do site: <https://www2.dataprev.gov.br/FapWeb/faces/pages/principal.xhtml>. Para fins de comprovação do SAT informado, a empresa deverá apresentar sua GFIP mais recente ou outro documento aplicável.

Fonte: Elaboração própria

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

Os custos que compõem o submódulo 2.3 têm como fundamento as convenções e acordo coletivo de trabalho considerados. A tabela a seguir demonstra os dados referentes ao submódulo 2.3 para todos os postos, com notas explicativas. No Apêndice IV-B, constam as tabelas com os dados necessários para os cálculos do submódulo 2.3.

Tabela 6 - Dados relativos ao submódulo 2.3, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo	Base de cálculo	Fundamento
A	Transporte [1] [2]	-	(Qtde mensal x Preço da passagem) - (Salário-base x Desconto)	Salário-base	Lei nº 7.418/1985 (art 4º)
B	Vale alimentação [3]	-	Valor do auxílio alimentação - Desconto de 20%	Salário-base	Lei nº 6.321/1976; Decreto nº 5/1991 (art. 2º, § 1º); CCT vigente
C	Plano de saúde [4]	-	Valor estabelecido na CCT	-	CCT vigente
D	Plano odontológico [4]	-	Valor estabelecido na CCT	-	CCT vigente
E	Seguro de vida [4] [5]	-	Conforme pesquisa de preço	-	CCT vigente

Notas explicativas:

[1] Em obediência à Lei nº 7.418/1985, será concedido auxílio-transporte a todos os trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços. Este auxílio visa fazer face às despesas do trabalhador com os seus deslocamentos no percurso residência-trabalho e vice-versa (art. 4º da Lei nº 7.418/1985). As quantidades mensais de sábados trabalhados, de dias trabalhados e de vales-transporte estão demonstrados no APÊNDICE IV-F.

[2] Foi considerada a tarifa de R\$ 4,50 (para pagamento através de cartão de passagem) vigente a data de conclusão deste termo de referência, conforme Decreto nº 12.944, de 10/11/2023, da Prefeitura Municipal do Natal. A licitante deve considerar a tarifa vigente na data da apresentação da sua proposta. Contudo, o valor efetivo do auxílio-transporte será calculado durante a gestão do contrato, quando será conhecido o local de residência de cada trabalhador e suas despesas com o deslocamento residência-trabalho e vice-versa. Destacamos que estes deslocamentos deverão ser através de sistema de transporte coletivo público, nos termos do art. 1º da Lei nº 7418/1985. Destacamos ainda que, conforme o § 1º do art. 63 da IN SEGES/MPDG, a contratada deve complementar os custos que porventura variarem em virtude de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantidade de vale-transporte.

[3] Conforme APÊNDICE IV-F.

[4] Conforme APÊNDICE IV-G.

[5] Como custo mensal do seguro de vida, foi considerada média dos seguintes preços públicos:

Valor unit. (R\$)	Fornecedor	Dados da licitação	Data	Valor médio (R\$)
7	28.196.889/0001-43 BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS	Dispensa de Licitação Nº 300/2023 / UASG: 986001 / Item: 1	01/07/2023	6,97
6,6	87.883.807/0001-06 MBM SEGURADORA S.A.	120519-Compra direta / FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PERNAMBUCO	20/10/2023	
7,31	-	SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices	13/03/2024	

Fonte: Elaboração própria

Módulo 3 – Provisão para rescisão

Os componentes do módulo 3 tem como base a legislação trabalhista. Os percentuais dependerão do tipo de contrato de trabalho, se tradicional ou temporário (situação também observada no submódulo 2.2 e no módulo 4). A tabela a seguir demonstra os dados relativos a este módulo para os postos com contrato de trabalho tradicional, com notas informativas.

Tabela 7 - Dados relativos ao módulo 3, para os postos com contrato de trabalho tradicional

Item	Descrição	%	Memória de cálculo	Base de cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado [1]	0,42%	(mês não trabalhado / meses do ano) x estimativa de substituição = $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XXI); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 487, § 1º).
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado [2]	0,03%	percentual do aviso prévio indenizado x alíquota do FGTS = $0,42\% \times 8\% = 0,03\%$	Módulo 1	Súmula n.º 305 do TST
C	Multa do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado [3] [4]	3,47%	(remuneração + 13º salário + férias e adicional de férias) x FGTS x multa = $((1 + 1/12 + 12,10\%) \times 8\% \times 40\%) \times 90\% = 3,47\%$	Módulo 1	Lei Complementar 110/2001 (art. 1º); Lei 8.036/1990, (art. 18, §1º); Lei nº 13.932/2019 (art. 12).
D	Aviso prévio trabalhado [5] [6]	1,94%	$[(\text{remuneração} / \text{dias do mês}) \times \text{dias não trabalhados}] / \text{meses do ano} =$ $[(1/30) \times 7] / 12 = 7/30 / 12 = 1,94\%$	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XXI); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT, art. 487 e 488).
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado [2]	0,77%	percentual do aviso prévio trabalhado x percentual total do submódulo 2.2 = $1,94\% \times 39,80\% = 0,77\%$	Módulo 1	-

F	Multa FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado [8]	0,53%	percentual da multa FGTS sobre o aviso prévio indenizado e o aviso prévio trabalhado (Conta-depósito vinculada) - percentual da multa FGTS sobre o aviso prévio indenizado = 4% - 3,47% = 0,53%	Módulo 1	Lei Complementar 110/2001, art. 1º; Lei 8.036/1990 (art. 18, §1º); Lei nº 13.932/2019 (art. 12).
Total		7,16%			

Notas explicativas:

- [1] Estimativa de que 5% (cinco por cento) de empregados demitidos não trabalham durante o aviso prévio, de acordo com estudo do MPOG, p. 24 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf).
- [2] Percentual encontrado na planilha de custo e formação de preço elaborado por esta administração. A empresa deve considerar o percentual obtido na sua própria planilha.
- [3] O art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, extinguiu a contribuição social de 10% sobre a soma dos depósitos do FGTS, no caso de demissão sem justa causa. Assim, nestes casos, deverá ser paga apenas a multa de 40% sobre o referido montante, conforme o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.
- [4] Considerando que 90% do empregados serão demitidos pelo empregador e apenas 10% pedirão demissão, de acordo com estudo do MPOG, p. 24 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf).
- [5] Redução de 7 dias ou de 2h por dia, conforme art. 488 da CLT.
- [6] Quando o contrato for prorrogado, caso não haja demissão nos últimos 12 meses, "deverá constar da planilha de custos para a prorrogação somente a previsão da extensão do aviso prévio, consoante disposto na Lei nº 12.506, de 2011, de três (03) dias a mais por ano trabalhado, até o limite máximo de 42 (quarenta e dois) dias, haja vista que os contratos poderão ser prorrogados até 60 (sessenta) meses", conforme orientação contida no compranet (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/impactos-da-reforma-trabalhista-nos-contratos-da-administracao>). Ainda de acordo com a orientação citada, "além deste, também deverão ser renovadas as provisões para possível pagamento de multa sobre o saldo do FGTS, uma vez que a mesma tem natureza cumulativa aos depósitos realizados mês a mês". Vale destacar que apesar desta orientação ter sido emitida antes da Lei nº 14.133/2021 ter sido sancionada (quando os contratos tinham vigência máxima de 60 meses), sua lógica continua válida para o novo limite máximo da vigência dos contratos administrativos, estabelecido por esta Lei, a saber: 120 meses. Como o aviso (originalmente de 30 dias) será acrescido de 3 dias a cada ano trabalhado, a cada prorrogação de 12 meses, o percentual será equivalente a 10% (3/30) do percentual atribuído no primeiro ano do contrato. Vale lembrar que os ajustes nos percentuais relativos aos avisos indenizado (3.A) e trabalhado (3.D) repercutirão nos percentuais relativos à "Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado" (3.B) e à "Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado" (3.E), respectivamente, uma vez que estes percentuais consideram aqueles percentuais em suas memórias de cálculo.
- [7] De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). Tal nota foi incluída com base no Parecer n. 00532/2024/NLC/ETRLIC/PGF/AGU. Este parecer ainda recomenda: "a título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual".
- [8] Com a extinção da contribuição social de 10% sobre o aviso prévio, o percentual a ser provisionado para a "multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado" passa a ser de 4%, conforme o Ministério da Economia (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/26>). Diminuindo-se destes 4%, o percentual calculado sobre a "Multa FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado" (Item C deste submódulo), encontra-se o percentual da "Multa FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado".

Fonte: Elaboração própria

Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

Este módulo possui 2 submódulos. Os custos estão fundamentados na legislação trabalhista.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

Tabela 8 - Quantidade estimada de dias de afastamento e os respectivos percentuais de ocorrência

	Contrato de trabalho			
	Tradicional (12 meses)		Temporário (4 meses)	
	Qtde. de dias	Percentual de ocorrência	Qtde. de dias	Percentual de ocorrência
Férias [1]	30	100%	0	0%
Ausências legais [2]	2,96	100%	0,986666667	100%

Licença paternidade [3]	5	1,5%	5	0,5%
Ausência por acidente de trabalho [4]	15	0,78%	15	0,26%
Afastamento maternidade [5]	120	2%	0	0%

Notas explicativas:

[1] Esta ausência, que é de 30 dias a cada 12 meses trabalhados (art. 130, I da CLT), só ocorrerá para os postos com contrato de trabalho tradicional e, por ser uma determinação legal, a percentual de ocorrência é de 100%. Considerando que o contrato de trabalho temporário durará no máximo 4 meses, o trabalhador não tirará férias, mas receberá as férias proporcionais, provisionadas no submódulo 2.1, não havendo assim a necessidade do substituto na cobertura de Férias.

[2] Para os postos com contrato de trabalho tradicional, estima-se 2,96 dias de ausência por ano, de acordo com estudo do MPOG, p. 54 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf) e o percentual de ocorrência é 100%, considerando a duração mínima do contrato de trabalho. Para os postos com contrato de trabalho temporário, a estimativa é de aprox. 0,99 dias de ausência por ano, calculados de forma proporcional: $(2,96/12) \times 4$.

[3] A ausência em virtude de licença paternidade, que é de 5 dias (art. 473, III da CLT), é comum a todos os postos, inclusive aqueles com contrato de trabalho temporário, uma vez que este durará 4 meses. O percentual de ocorrência é 1,50%, de acordo com estudo do MPOG, p. 27 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf), para os postos com contrato de trabalho tradicional. Já para os postos com contrato de trabalho temporário, o percentual de ocorrência é 0,50% calculado de forma proporcional: $(1,50\% / 12) \times 4$.

[4] A ausência em virtude de acidente de trabalho é estimada em 15 dias, de acordo com estudo do MPOG, p. 28 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf). É comum a todos os postos, inclusive aqueles com contrato de trabalho temporário, uma vez que este durará 4 meses. O percentual de ocorrência é de 0,78% (conforme o estudo citado) para os postos com contrato de trabalho tradicional. Já para os postos com contrato de trabalho temporário, o percentual de ocorrência é 0,26%, calculado de forma proporcional: $(0,78\% / 12) \times 4$.

[5] A ausência por afastamento maternidade, que é de 120 (art. 473, III da CLT) é aplicável apenas aos postos com contrato de trabalho tradicional. Para estes casos, o percentual de ocorrência é 2%, percentual adotado em pregão do TCU (Pregão nº 33/2020 - UASG 30001). De acordo com a jurisprudência encontrada (TST-IAC-5639-31.2013.5.12.0051; TST-RR-722-05.2016.5.23.0003), 'é inaplicável ao regime de trabalho temporário, disciplinado pela Lei n.º 6.019/74, a garantia de estabilidade provisória à empregada gestante, prevista no art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias'.

Fonte: Elaboração própria

Os percentuais para cálculo dos custos dependerão do tipo de contrato de trabalho, se tradicional ou temporário (mesma situação observado no submódulo 2.2 e no módulo 3). A tabela a seguir demonstra os dados referentes aos componentes deste submódulo, para os postos com contrato de trabalho tradicional, com notas explicativas.

Tabela 9 - Dados relativos ao submódulo 4.1, para os postos com contrato de trabalho tradicional

Item	Descrição	%	Memória de cálculo (%)	Base de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Férias [1] [7]	1,62%	$[(13^\circ \text{ Salário} + \text{Férias} + \text{Adicional de férias}) \times (\text{mês trabalhado/meses do ano})] / \text{meses do ano} = [(1+1+1/3) \times (1/12)] / 12 = 0,016204 \Rightarrow 1,62\%$	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XVII).
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais [2] [6]	0,82%	$(2,96/30)/12 \cong 0,008222 \Rightarrow 0,82\%$	Módulo 1	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 473).
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade [3] [6]	0,02%	$[(5/30)/12 \times 1,5\% \cong 0,000208 \Rightarrow 0,02\%$	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XIX); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 10, § 1º).
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho [4] [6] [8]	0,03%	$[(15/30)/12] \times 0,78\% \cong 0,000325 \Rightarrow 0,03\%$	Módulo 1	Decreto nº 89.312/1984 (art. 27); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 131).
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade [5] [6]	0,07%	$[(1 + 1/3)/12] \times (4/12) \times 2,00\% \cong 0,000741 \Rightarrow 0,07\%$	Módulo 1	Constituição Federal (art. 6º e 201); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 392).
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (especificar)	0,00%	-	Módulo 1	-
Total		2,56%			

Notas explicativas:

[1] O custo a ser provisionado para o substituto na cobertura de férias ("ferista") será apenas o 13º salário, as férias e o adicional de férias, proporcional a um mês, que é o período em que o titular do posto estará em gozo de férias. A remuneração do "ferista" será paga pelo montante que compõe o módulo 1 da planilha de custo, referente ao mês em que substituiu o titular do posto. Vale lembrar que o valor a ser pago ao titular do posto, em relação ao mês em que estiver em férias, foi provisionado através do item B do submódulo 2.1.

[2] Estimativa de 2,96 dias de ausência por ano, de acordo com estudo do MPOG, p. 54

(http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf).

[3] Estimativa de 1,5% dos empregados usufruindo 5 dias da licença por ano, de acordo com estudo do MPOG, p. 27

(http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf).

[4] Estimativa de 1 licença de 15 dias por ano para 0,78% dos empregados, de acordo com estudo do MPOG, p. 28

(http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf).

[5] Considerando a quantidade de meses da licença maternidade no ano (4/12) e o percentual de ocorrência da licença (0,02). O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva, de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao período da licença, de modo que a planilha acaba não cobrindo as férias do substituto. Como solução, foi incluído na memória de cálculo, as Férias e o Adicional de Férias, conforme entendimento adotado em pregões do TCU (Pregão nº 33/2020 - UASG 30001).

[6] A cada prorrogação contratual, caso o valor provisionado para este custo não tenha sido utilizado nos últimos 12 meses, o respectivo valor deverá ser excluído da planilha relativa àquela prorrogação, uma vez que não necessidade de provisionar novamente um custo não incorrido. Assim, a renovação do custo só poderá ocorrer mediante a comprovação, por parte da contratada, a ocorrência do evento que justificou o provisionamento daquele custo. Esta também é a lógica a ser considerada, antes de cada prorrogação, em relação aos custos que compõem o módulo 3. Tal entendimento está de acordo com a Nota Técnica nº 652/2017- Delog/Seges/MP (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/impactos-da-reforma-trabalhista-nos-contratos-da-administracao>). Ainda conforme esta Nota Técnica, "caso tenham sido utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar/proporcional."

[7] Este custo torna-se não renovável na última prorrogação contratual, uma vez que as férias do titular do posto serão indenizadas, não havendo necessidade do "ferista" nesta ocasião.

Fonte: Elaboração própria

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

As informações relativas ao custo que compõe este submódulo, para todos os postos, estão demonstradas na tabela abaixo, juntamente com a nota explicativa.

Tabela 10 - Dados relativos ao submódulo 4.2, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo (%)	Base de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação [1]	0,00%	-	-	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 71)

Notas explicativas:

[1] Não deverá ser cotado este custo, uma vez que será concedido o intervalo, sem necessidade de um substituto para o posto durante o mesmo.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 5 – Insumos diversos

O custo dos Insumos diversos tem como base a relação de insumos e dependerá do cenário adotado em cada mês, se foram fornecidos insumos sob demanda (Cenário 1) ou não (Cenário 2). A tabela a seguir demonstra informações relativas a este módulo para os postos com contrato de tradicional, com notas explicativas.

Tabela 11 - Dados relativos ao módulo 5, para os postos com contrato de trabalho tradicional

Item	Descrição		Memória de cálculo	Base de cálculo	Fundamento
A	Uniformes [1] [2]	-	Custo anual de Uniformes / 12 meses	Custo anual de Uniformes	-
B	Calçado e crachá [3]	-	Custo anual do Calçado e crachá / 12 meses	Custo anual de Calçado e crachá	-
C	Materiais e EPIs (sob demanda) [3]	-	Custo anual de Materiais e EPIs (sob demanda) / 12 meses	Custo anual de Materiais e EPIs (sob demanda)	-

D	Equipamentos (sob demanda) [4]	-	Custo anual de Equipamentos (sob demanda) / 12 meses	Custo anual de Equipamentos (sob demanda)	-
---	--------------------------------	---	--	---	---

Notas explicativas:

[1] Os uniformes serão fornecidos em quantidades e períodos preestabelecidos no termo de referência, sendo o primeiro fornecimento antes do início do contrato.

[2] Quando da prorrogação contratação, não será renovado o custo do kit básico de EPIs e crachá. Acontece que pode não ser necessário substituir estes itens no período a que se refere a prorrogação, por estarem em bom estado de conservação e apresentarem condições de uso. Esta medida visa assegurar a racionalização dos gastos, sem prejudicar a execução dos serviços contratados e as condições de Saúde e Segurança no Trabalho.

[3] Os custos dos EPIs sob demanda serão incluídos apenas no Cenário 2 da planilha de custos e formação de preços (PCFP), pois estes insumos serão fornecidos sob demanda.

[4] Não será necessário o fornecimento de materiais e equipamentos. Logo, não haverá custo com estes tipos de insumos.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Os custos que compõem este módulo têm como base a legislação tributária e um caderno de logística do Ministério do Planejamento com as devidas justificativas. No presente caso, os custos que compõem este módulo variará conforme a situação observada em cada mês, se foram fornecidos insumos sob demanda (Cenário 1) ou não (Cenário 2). A tabela seguinte demonstra as informações relativas ao módulo 6, para todos os postos, com notas explicativas.

Tabela 12 - Dados relativos ao módulo 6, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo (%)	Base de cálculo	Fundamento
A	Custos Indiretos [1]	2,75%	-	Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5	-
B	Lucro [1]	3,90%	-	Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e Custos Indiretos	-
C	COFINS [2] [3]	3,00%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar n° 70/1991.
	PIS [2] [3]	0,65%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar n° 7/1970.
	ISS [3]	5,00%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar n° 116/2003.

Notas explicativas:

[1] Para os custos indiretos e lucro, foram considerados estes percentuais como o máximo aceitável. A licitante deverá utilizar seus próprios percentuais. Estes percentuais, utilizados para fins de estimativa, constam em orientação disponibilizada no Portal de Compras do Governo Federal, p. 62 (<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/midia/elaborao-da-planilha-de-custos-e-formao-de-preos.pdf>). Esclarecemos que não há no referido estudo um percentual para serviço a ser contratado. Optou-se pelos percentuais mínimos estabelecidos no referido estudo, visando mitigar os danos de uma eventual baixa participação de interessados na disputa do objeto. No caso dos temporários, estimou-se a metade dos percentuais relativos aos postos tradicionais, considerando que o contrato de trabalho temporário será por 4 meses, a quantidade de insumos ser menor e pelo fato de que a maior parte dos custos indiretos e lucro estarem contemplados nos postos tradicionais, que são os serviços que representam a maior parte do objeto. Contudo, a licitante deverá informar os seus próprios percentuais para a execução do objeto.

[2] As alíquotas apresentadas consideram o regime de incidência cumulativa de PIS e COFINS (lucro presumido). A empresa deve observar seu próprio regime, conforme a legislação aplicável. Caso seja tributada pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS (lucro real), deve cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas. Outras informações podem ser encontradas no item "Informações relevantes para o dimensionamento da proposta" no Termo de Referência.

[3] Cada um dos tributos é obtido, aplicando-se a alíquota correspondente sobre a soma dos módulos A, B, C e D, acrescida dos custos indiretos e do lucro. Fórmula: $[(\text{Soma dos módulos (A, B, C, D)} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucros}) / (1 - \text{Soma das alíquotas})] * \text{Alíquota correspondente}$. Ex.: Para o cálculo do PIS, com base no lucro presumido, a fórmula é a seguinte: $[(\text{Soma dos módulos (A, B, C, D)} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucros}) / (1 - 0,0865)] * 0,0065$

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE V-B
Memória de cálculo da PCFP (posto temporário)

Esta memória de cálculo é comum a todos os órgãos participantes, se houverem. Ela é compatível com contratos com vigência inicial informada na tabela 1. É compatível também com postos com contratos de trabalho temporário, com duração em meses informada na tabela 2:

Tabela 1 - Vigência inicial do contrato em meses

	Duração em meses
Vigência inicial do contrato	12

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 - Duração dos contrato de trabalho em meses

	Duração em meses
Contrato de trabalho tradicional [1]	12
Contrato de trabalho temporário	4
Notas explicativas: [1] A quantidade de meses do contrato de trabalho tradicional corresponde à vigência inicial do contrato.	

É importante lembrar que a convenção ou acordo coletivo de trabalho terão prevalência sobre a legislação infraconstitucional, conforme art. 611-A da CLT e repercussão geral reconhecida (Tema 1.046) pelo STF.

Dados básicos

Para a elaboração das planilhas de custos dos postos, foram considerados, além desta memória de cálculo, os dados básicos para a PCFP (Apêndice IV) e os insumos a serem fornecidos (Apêndice III).

Módulo 1 – Composição da remuneração

Quanto aos adicionais de periculosidade e insalubridade, foi considerado o laudo elaborado pela equipe de Segurança de Trabalho do IFRN e nas características da presente contratação. Vale destacar que a contratada deverá elaborar seu próprio laudo, para justificar o pagamento ou não dos adicionais de periculosidade e insalubridade aos seus empregados que irão prestar os serviços ora contratados.

Não haverá adicional noturno, pois não será necessária a prestação de serviços durante o período noturno (das 11 horas da noite às 5 da manhã).

Na tabela a seguir, estão demonstrados os dados relativos ao módulo 1, considerados no cálculo do valor estimado de cada posto.

Tabela 3 - Dados relativos ao módulo 1, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo	Base de cálculo	Fundamento
B	Adicional de periculosidade [1]	0,00%	Salário-base x Adicional de periculosidade	Salário-base	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 193, § 1º)
C	Adicional de insalubridade [1]	0,00%	Base de cálculo x Adicional de insalubridade	Salário-mínimo [2] ou outro valor definido em CCT/ACT (ver Dados da empresa para a PCFP)	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 192); Súmula 228 do TST
Notas explicativas:					

[1] Quanto aos adicionais de periculosidade e insalubridade, foi considerada, para fins de estimativa de custos, a avaliação da equipe de engenheiros de Segurança do Trabalho da Contratante, demonstrada no APÊNDICE IV-C. O licitante poderá manter ou alterar o valor do adicional de periculosidade e/ou insalubridade, caso julgue necessário. Todavia, em ambos os casos, o pagamento ou não de cada um destes adicionais está condicionado a apresentação do respectivo laudo, conforme termo de referência.

[2] A utilização do valor do salário-mínimo como base de cálculo para adicional de insalubridade tem respaldo no entendimento do STF, conforme trecho a seguir:

"É importante assinalar, neste ponto, que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 565.714/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, não obstante a diretriz que viria a ser consolidada na Súmula Vinculante nº 4/STF, reconheceu, ainda que de modo excepcional e sempre em caráter meramente supletivo, a possibilidade de utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem pecuniária de servidor público ou de benefício laboral de empregado, até a superveniência de legislação pertinente ou, quando viável, de celebração de acordo coletivo ou de convenção coletiva de trabalho. Na realidade, esta Suprema Corte, ao assim decidir, construiu solução transitória destinada a obstar a ocorrência de indesejável estado de 'vacuum legis'. [AI 344.269-AgR-AgR/SP, rel. min. Celso de Mello, 2ª T, j. 23-06-2009, DJE 148 de 06-08-2009]

Em consonância com este entendimento, a AGU lembra que o piso salarial pode ser utilizado como base de cálculo em substituição ao salário-mínimo, ao orientar que:

"O PISO SALARIAL DA CATEGORIA ESTABELECIDO POR CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, ACORDO COLETIVO DE TRABALHO OU SENTENÇA NORMATIVA SOMENTE PODERÁ SER ADOTADO COMO BASE DE CÁLCULO SE O INSTRUMENTO COLETIVO DISPUSER, EXPRESSAMENTE, SOBRE TAL DIREITO." [CONCLUSÃO DEPCONS/PFG/AGU Nº 147/2018]

Como a CCT não dispõe sobre a base de cálculo, caso o adicional de insalubridade fosse aplicável, seria calculado sobre o salário-mínimo.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Além de serem previstos em legislação trabalhista, os encargos e benefícios concedidos tem como base as convenções e acordo coletivos de trabalho considerados, os quais já foram demonstrados.

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

Os custos que compõem o submódulo 2.1 estão previstos na legislação trabalhista. A tabela a seguir demonstra as principais informações referentes aos componentes deste submódulo, inclusive a memória de cálculo de cada percentual. A tabela se aplica a todos os postos.

Tabela 4 - Dados relativos ao submódulo 2.1, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo (%)	Base de cálculo	Fundamento
A	13º Salário [1]	8,33%	percentual relativo ao 13º Salário	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, VIII).
B	Férias e Adicional de Férias [1] [2] [3]	12,10%	percentual relativo a Férias e Adicional de Férias	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XVII).

Notas explicativas:

[1] Percentual estabelecido na tabela "Reserva mensal para pagamento de encargos trabalhistas", conforme Anexo XII da IN 5/2017-SEGES/MP (Conta-depósito vinculada).

[2] O órgão que adota a conta vinculada é obrigado a reter 12,10% de férias e adicional de férias por força da IN 5/2017 em seu anexo XII. O custo relativo às férias corresponde a 9,08% e o do adicional de férias a 3,02%.

[3] Caso o contrato seja prorrogado, este percentual passará a ser de 3,02% já a partir do 2º ano de contrato, pois não será mais necessário provisionar o valor relativo às férias neste submódulo, mas apenas o adicional de férias (1/3). Acontece que, quando da prorrogação contratual, as férias torna-se custo não renovável, conforme nota 3 do submódulo 2.1. da planilha de custo. Este ponto foi incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018.

Fonte: Elaboração própria

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

Os custos que compõem o submódulo 2.2 também estão previstos na legislação trabalhista. Os percentuais dependerão do tipo de contrato de trabalho, se tradicional ou temporário. As tabelas a seguir demonstram as informações relativas aos componentes deste submódulo para os postos com contrato de trabalho tradicional e temporário, com notas explicativas.

Tabela 5 - Dados relativos ao submódulo 2.2, para os postos com contrato de trabalho temporário

Item	Descrição	%	Memória de cálculo (%)	Base de cálculo	Fundamento
A	INSS	20,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.212/1991 (art. 22, I).
B	Salário Educação	2,50%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto nº 87.043/1982 (art. 3º, I); Lei nº 9.424/1996 (art. 15)
C	SAT [1]	6,00%	RAT x FAP = 3% x 2 = 6%	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.212/1991 (art. 22, II); Decreto nº 3.048/1999 (anexo V); Decreto nº 6.957/2009.
D	SESI/SESC [2]	0,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto-Lei nº 9.853/1946 (art. 3º), Lei nº 8.036/1990 (art. 30).
E	SENAI/SENAC [2]	0,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto-Lei nº 6.246/1944 (art. 1º); Decreto-Lei nº 8.621/1946 (art. 4º).
F	SEBRAE [2]	0,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.029/1990 (art. 8º)
G	INCRA [2]	0,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto-Lei nº 1.146/1970 (art. 1º).
H	FGTS	8,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.036/1990 (art. 15); Constituição Federal (art. 7º, III).
Total		36,50%			

Notas explicativas:

[1] O percentual relativo ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho) é obtido multiplicando o grau de risco (RAT) pelo Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Para fins de estimativa, foram considerados os seguintes dados:
- RAT: Será considerado como grau de risco (RAT), 3%, que é o aplicável para "Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais" (CNAE 8111-7/00) e "Atividades Paisagísticas" (CNAE 8130-3/00), conforme o Anexo V do Decreto n. 3.048/1999.
- FAP: Nesta estimativa, será considerado o FAP máximo, que equivale a 2, conforme o art. 202-A, § 1º, do referido decreto].
Todavia, a empresa deverá utilizar seu próprio índice, atribuído pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e consultado através do site: <https://www2.dataprev.gov.br/FapWeb/faces/pages/principal.xhtml>. Para fins de comprovação do SAT informado, a empresa deverá apresentar sua GFIP mais recente ou outro documento aplicável.
[2] Não cabe o reconhecimento destas contribuições a outras entidades ou fundos (terceiros), por se tratar de contrato de trabalho de temporário, onde é aplicável o código EPAS 655 - EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO (Lei nº 6.010/74).
Fonte: Elaboração própria

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

Os custos que compõem o submódulo 2.3 têm como fundamento as convenções e acordo coletivo de trabalho considerados. A tabela a seguir demonstra os dados referentes ao submódulo 2.3 para todos os postos, com notas explicativas. No Apêndice IV-B, constam as tabelas com os dados necessários para os cálculos do submódulo 2.3.

Tabela 6 - Dados relativos ao submódulo 2.3, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo	Base de cálculo	Fundamento
A	Transporte [1] [2]	-	(Qtde mensal x Preço da passagem) - (Salário-base x Desconto)	Salário-base	Lei nº 7.418/1985 (art 4º)
B	Vale alimentação [3]	-	Valor do auxílio alimentação - Desconto de 20%	Salário-base	Lei nº 6.321/1976; Decreto nº 5/1991 (art. 2º, § 1º); CCT vigente
C	Plano de saúde [4]	-	Valor estabelecido na CCT	-	CCT vigente

D	Plano odontológico [4]	-	Valor estabelecido na CCT	-	CCT vigente
E	Seguro de vida [4] [5]	-	Conforme pesquisa de preço	-	CCT vigente

Notas explicativas:

[1] Em obediência à Lei nº 7.418/1985, será concedido auxílio-transporte a todos os trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços. Este auxílio visa fazer face às despesas do trabalhador com os seus deslocamentos no percurso residência-trabalho e vice-versa (art. 4º da Lei nº 7.418/1985). As quantidades mensais de sábados trabalhados, de dias trabalhados e de vales-transporte estão demonstrados no APÊNDICE IV-F.

[2] Foi considerada a tarifa de R\$ 4,50 (para pagamento através de cartão de passagem) vigente a data de conclusão deste termo de referência, conforme Decreto nº 12.944, de 10/11/2023, da Prefeitura Municipal do Natal. A licitante deve considerar a tarifa vigente na data da apresentação da sua proposta. Contudo, o valor efetivo do auxílio-transporte será calculado durante a gestão do contrato, quando será conhecido o local de residência de cada trabalhador e suas despesas com o deslocamento residência-trabalho e vice-versa. Destacamos que estes deslocamentos deverão ser através de sistema de transporte coletivo público, nos termos do art. 1º da Lei nº 7.418/1985. Destacamos ainda que, conforme o § 1º do art. 63 da IN SEGES/MPDG, a contratada deve complementar os custos que porventura variarem em virtude de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantidade de vale-transporte.

[3] Conforme APÊNDICE IV-F.

[4] Conforme APÊNDICE IV-G.

[5] Como custo mensal do seguro de vida, foi considerada média dos seguintes preços públicos:

Valor unit. (R\$)	Fornecedor	Dados da licitação	Data	Valor médio (R\$)
7	28.196.889/0001-43 BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS	Dispensa de Licitação Nº 300/2023 / UASG: 986001 / Item: 1	01/07/2023	6,97
6,6	87.883.807/0001-06 MBM SEGURADORA S.A.	120519-Compra direta / FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PERNAMBUCO	20/10/2023	
7,31	-	SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices	13/03/2024	

Fonte: Elaboração própria

Módulo 3 – Provisão para rescisão

Os componentes do módulo 3 tem como base a legislação trabalhista. Os percentuais dependerão do tipo de contrato de trabalho, se tradicional ou temporário (situação também observada no submódulo 2.2 e no módulo 4). A tabela a seguir demonstra os dados relativos a este módulo para os postos com contrato de trabalho temporário, com notas informativas.

Tabela 7 - Dados relativos ao módulo 3, para os postos com contrato de trabalho temporário

Item	Descrição	%	Memória de cálculo	Base de cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado [1]	0,00%	-	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XXI); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 487, § 1º).
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado [1]	0,00%	-	Módulo 1	Súmula n.º 305 do TST
C	Multa do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado [1]	0,00%	-	Módulo 1	Lei Complementar 110/2001 (art. 1º); Lei 8.036/1990, (art. 18, §1º); Lei nº 13.932/2019 (art. 12).
D	Aviso prévio trabalhado [1]	0,00%	-	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XXI); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT, art. 487 e 488).
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado [1]	0,00%	-	Módulo 1	-

F	Multa FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado [1]	0,00% -	Módulo 1	Lei Complementar 110/2001, art. 1º; Lei 8.036/1990 (art. 18, §1º); Lei nº 13.932/2019 (art. 12).
Total		0,00%		

Notas explicativas:

[1] De acordo com a jurisprudência, "o instituto do aviso prévio previsto no artigo 487, § 1º, da CLT dirige-se aos contratos por prazo indeterminado, sendo incabível o seu deferimento no trabalho temporário (Lei nº 6019/74), que é modalidade de contrato por prazo determinado" (TST - RR 392578 - 4ª Turma - Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho - DJU 01.03.2002). Como se trata de contrato de trabalho temporário, não há necessidade de provisionamento de valores neste módulo. Também foram encontradas outras decisões judiciais neste sentido:

- TST - RR 669599/2000.7 - 5ª Turma - Rel. Juiz Conv. Waldir Oliveira da Costa - DJU 04.08.2006;
- TST - RR 709.888/2000.0 - 3ª T. - Rel. Juiz Conv. Luiz Ronan Neves Koury - DJU 23.06.2006;
- TST - RR 392578 - 4ª Turma - Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho - DJU 01.03.2002;
- TST - RR 419312 - 5ª Turma - Rel. Min. Conv. Waldir Oliveira da Costa - DJU 08.02.2002.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

Este módulo possui 2 submódulos. Os custos estão fundamentados na legislação trabalhista.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

Tabela 8 - Quantidade estimada de dias de afastamento e os respectivos percentuais de ocorrência

	Contrato de trabalho			
	Tradicional (12 meses)		Temporário (4 meses)	
	Qtde. de dias	Percentual de ocorrência	Qtde. de dias	Percentual de ocorrência
Férias [1]	30	100%	0	0%
Ausências legais [2]	2,96	100%	0,99	100%
Licença paternidade [3]	5	1,5%	5	0,5%
Ausência por acidente de trabalho [4]	15	0,78%	15	0,26%
Afastamento maternidade [5]	120	2%	0	0%

Notas explicativas:

[1] Esta ausência, que é de 30 dias a cada 12 meses trabalhados (art. 130, I da CLT), só ocorrerá para os postos com contrato de trabalho tradicional e, por ser uma determinação legal, a percentual de ocorrência é de 100%. Considerando que o contrato de trabalho temporário durará no máximo 4 meses, o trabalhador não tirará férias, mas receberá as férias proporcionais, provisionadas no submódulo 2.1, não havendo assim a necessidade do substituto na cobertura de Férias.

[2] Para os postos com contrato de trabalho tradicional, estima-se 2,96 dias de ausência por ano, de acordo com estudo do MPOG, p. 54 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf) e o percentual de ocorrência é 100%, considerando a duração mínima do contrato de trabalho. Para os postos com contrato de trabalho temporário, a estimativa é de aprox. 0,99 dias de ausência por ano, calculados de forma proporcional: $(2,96/12) \times 4$.

[3] A ausência em virtude de licença paternidade, que é de 5 dias (art. 473, III da CLT), é comum a todos os postos, inclusive aqueles com contrato de trabalho temporário, uma vez que este durará 4 meses. O percentual de ocorrência é 1,50%, de acordo com estudo do MPOG, p. 27 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf), para os postos com contrato de trabalho tradicional. Já para os postos com contrato de trabalho temporário, o percentual de ocorrência é 0,50% calculado de forma proporcional: $(1,50\% / 12) \times 4$.

[4] A ausência em virtude de acidente de trabalho é estimada em 15 dias, de acordo com estudo do MPOG, p. 28 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf). É comum a todos os postos, inclusive aqueles com contrato de trabalho temporário, uma vez que este durará 4 meses. O percentual de ocorrência é de 0,78% (conforme o estudo citado) para os postos com contrato de trabalho tradicional. Já para os postos com contrato de trabalho temporário, o percentual de ocorrência é 0,26%, calculado de forma proporcional: $(0,78\% / 12) \times 4$.

[5] A ausência por afastamento maternidade, que é de 120 (art. 473, III da CLT) é aplicável apenas aos postos com contrato de trabalho tradicional. Para estes casos, o percentual de ocorrência é 2%, percentual adotado em pregão do TCU (Pregão nº 33/2020 - UASG 30001). De acordo com a jurisprudência encontrada (TST-IAC-5639-31.2013.5.12.0051; TST-RR-722-05.2016.5.23.0003), 'é inaplicável ao regime de trabalho temporário, disciplinado pela Lei n.º 6.019/74, a garantia de estabilidade provisória à empregada gestante, prevista no art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias'.

Fonte: Elaboração própria

Os percentuais para cálculo dos custos dependerão do tipo de contrato de trabalho, se tradicional ou temporário (mesma situação observado no submódulo 2.2 e no módulo 3). A tabela a seguir demonstra os dados referentes aos componentes deste submódulo, para os postos com contrato de trabalho temporário, com notas explicativas.

Tabela 9 - Dados relativos ao submódulo 4.1, para os postos com contrato de trabalho temporário

Item	Descrição	%	Memória de cálculo (%)	Base de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Férias [1]	0,00%	-	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XVII).
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais [2] [6]	0,82%	$(0,9866666667/30)/4 \cong 0,008222 \Rightarrow 0,82\%$	Módulo 1	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 473).
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade [3] [6]	0,02%	$[(5/30)/4 \times 0,5\% \cong 0,000208 \Rightarrow 0,02\%$	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XIX); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 10, § 1º).
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho [4] [6] [7]	0,03%	$[(15/30)/4] \times 0,26\% \cong 0,000325 \Rightarrow 0,03\%$	Módulo 1	Decreto nº 89.312/1984 (art. 27); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 131).
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade [5]	0,00%	-	Módulo 1	Constituição Federal (art. 6º e 201); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 392).
F	Substituto na cobertura de Outras Ausência (especificar)	0,00%	-	Módulo 1	-
Total		0,87%			

Notas explicativas:

[1] Considerando que o contrato de trabalho temporário durará no máximo 4 meses, o trabalhador não tirará férias, mas receberá as férias proporcionais, provisionadas no submódulo 2.1, não havendo assim a necessidade do substituto na cobertura de Férias.

[2] Estimativa de 0,9866666667 dias de ausências legais durante o período de 4 meses, calculada considerando 2,96 dias de ausência por ano, conforme a seguir: $(2,96/12) \times 4$. A estimativa de 2,96 dias, tem como base estudo do MPOG, p. 54 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf).

[3] Estimativa de 0,5% dos empregados usufruindo 5 dias da licença no período de 4 meses, calculada com base na estimativa anual de 1,5% dos empregados usufruindo desta licença, conforme a seguir: $(1,5\%/12) \times 4$. Esta estimativa de 1,5% foi obtida no estudo do MPOG, p. 27 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf).

[4] Estimativa de 1 licença de 15 dias por ano para 0,26% dos empregados durante um período de 4 meses, calculada com base na estimativa anual de 1 (uma) licença para 0,78% dos empregados, conforme a seguir: $(0,78\% / 12) \times 4$. A estimativa anual de 0,78% foi obtida em estudo do MPOG, p. 28 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf).

[5] De acordo com a jurisprudência encontrada (TST-IAC-5639-31.2013.5.12.0051; TST-RR-722-05.2016.5.23.0003), "é inaplicável ao regime de trabalho temporário, disciplinado pela Lei n.º 6.019/74, a garantia de estabilidade provisória à empregada gestante, prevista no art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias". Assim, não há necessidade de provisionamento deste item.

[6] A cada prorrogação contratual, caso o valor provisionado para este custo não tenha sido utilizado nos últimos 12 meses, o respectivo valor deverá ser excluído da planilha relativa àquela prorrogação, uma vez que não há necessidade de provisionar novamente um custo não incorrido. Assim, a renovação do custo só poderá ocorrer mediante a comprovação, por parte da contratada, a ocorrência do evento que justificou o provisionamento daquele custo. Esta também é a lógica a ser considerada, antes de cada prorrogação, em relação aos custos que compõem o módulo 3. Tal entendimento está de acordo com a Nota Técnica nº 652/2017- Delog/Seges/MP (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/impactos-da-reforma-trabalhista-nos-contratos-da-administracao>). Ainda conforme esta Nota Técnica, "caso tenham sido utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar/proporcional."

Fonte: Elaboração própria

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

As informações relativas ao custo que compõe este submódulo, para todos os postos, estão demonstradas na tabela abaixo, juntamente com a nota explicativa.

Tabela 10 - Dados relativos ao submódulo 4.2, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo (%)	Base de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação [1]	0,00%	-	-	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 71)

Notas explicativas:

[1] Não deverá ser cotado este custo, uma vez que será concedido o intervalo, sem necessidade de um substituto para o posto durante o mesmo.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 5 – Insumos diversos

O custo dos Insumos diversos tem como base a relação de insumos e dependerá do cenário adotado em cada mês, se foram fornecidos insumos sob demanda (Cenário 1) ou não (Cenário 2). A tabela a seguir demonstra informações relativas a este módulo para os postos com contrato de temporário, com notas explicativas.

Tabela 11 - Dados relativos ao módulo 5, para os postos com contrato de trabalho temporário

Item	Descrição		Memória de cálculo	Base de cálculo	Fundamento
A	Uniformes [1] [2]	-	Custo anual de uniformes / 4 meses	Custo anual de Uniformes	-
B	Calçado e crachá [3]	-	Custo anual do kit básico de EPIs e crachá / 4 meses	Custo anual de Calçado e crachá	-
C	Materiais e EPIs (sob demanda) [3]	-	Custo anual de EPIs sob demanda / 4 meses	Custo anual de Materiais e EPIs (sob demanda)	-
D	Equipamentos (sob demanda) [4]	-	Custo anual de materiais e equipamentos / 4 meses	Custo anual de Equipamentos (sob demanda)	-

Notas explicativas:

[1] Os uniformes serão fornecidos em quantidades e períodos preestabelecidos no termo de referência, sendo o primeiro fornecimento antes do início do contrato.

[2] Quando da prorrogação contratação, não será renovado o custo do kit básico de EPIs e crachá. Acontece que pode não ser necessário substituir estes itens no período a que se refere a prorrogação, por estarem em bom estado de conservação e apresentarem condições de uso. Esta medida visa assegurar a racionalização dos gastos, sem prejudicar a execução dos serviços contratados e as condições de Saúde e Segurança no Trabalho.

[3] Os custos dos EPIs sob demanda serão incluídos apenas no Cenário 2 da planilha de custos e formação de preços (PCFP), pois estes insumos serão fornecidos sob demanda.

[4] Não será necessário o fornecimento de materiais e equipamentos. Logo, não haverá custo com estes tipos de insumos.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Os custos que compõem este módulo têm como base a legislação tributária e um caderno de logística do Ministério do Planejamento com as devidas justificativas. No presente caso, os custos que compõem este módulo variará conforme a situação observada em cada mês, se foram fornecidos insumos sob demanda (Cenário 1) ou não (Cenário 2). A tabela seguinte demonstra as informações relativas ao módulo 6, para todos os postos, com notas explicativas.

Tabela 12 - Dados relativos ao módulo 6, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo (%)	Base de cálculo	Fundamento
A	Custos Indiretos [1]	1,38%	-	Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5	-
B	Lucro [1]	1,95%	-	Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e Custos Indiretos	-
C	COFINS [2] [3]	3,00%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar n° 70/1991.
	PIS [2] [3]	0,65%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar n° 7/1970.
	ISS [3]	5,00%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar n° 116/2003.

Notas explicativas:

[1] Para os custos indiretos e lucro, foram considerados estes percentuais como o máximo aceitável. A licitante deverá utilizar seus próprios percentuais. Estes percentuais, utilizados para fins de estimativa, constam em orientação disponibilizada no Portal de Compras do Governo Federal, p. 62 (<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/midia/elaborao-da-planilha-de-custos-e-formao-de-preos.pdf>). Esclarecemos que não há no referido estudo um percentual para serviço a ser contratado. Optou-se pelos percentuais mínimos estabelecidos no referido estudo, visando mitigar os danos de uma eventual baixa participação de interessados na disputa do objeto. No caso dos temporários, estimou-se a metade dos percentuais relativos aos postos tradicionais, considerando que o contrato de trabalho temporário será por 4 meses, a quantidade de insumos ser menor e pelo fato de que a maior parte dos custos indiretos e lucro estarem contemplados nos postos tradicionais, que são os serviços que representam a maior parte do objeto. Contudo, a licitante deverá informar os seus próprios percentuais para a execução do objeto.

[2] As alíquotas apresentadas consideram o regime de incidência cumulativa de PIS e COFINS (lucro presumido). A empresa deve observar seu próprio regime, conforme a legislação aplicável. Caso seja tributada pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS (lucro real), deve cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas. Outras informações podem ser encontradas no item "Informações relevantes para o dimensionamento da proposta" no Termo de Referência.

[3] Cada um dos tributos é obtido, aplicando-se a alíquota correspondente sobre a soma dos módulos A, B, C e D, acrescida dos custos indiretos e do lucro. Fórmula: $[(\text{Soma dos módulos (A, B, C, D)} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucros}) / (1 - \text{Soma das alíquotas})] * \text{Alíquota correspondente}$. Ex.: Para o cálculo do PIS, com base no lucro presumido, a fórmula é a seguinte: $[(\text{Soma dos módulos (A, B, C, D)} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucros}) / (1 - 0,0865)] * 0,0065$

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE V-C
Resumos dos percentuais da PCFP

		Contrato de trabalho	
		Tradicional	Temporário
Módulo 1 – Composição da remuneração	Salário-Base	-	-
	Adicional de Periculosidade	0,00%	0,00%
	Adicional de Insalubridade	0,00%	0,00%
	Adicional Noturno	-	-
	Adicional de Hora Noturna Reduzida	-	-
	Outros (especificar)	-	-
	Total	-	-
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	8,33%
	Férias e Adicional de Férias	12,10%	12,10%
	Total	20,43%	20,43%
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	INSS	20,00%	20,00%
	Salário Educação	2,50%	2,50%
	SAT	6,00%	6,00%
	SESC ou SESI	1,50%	0,00%
	SENAI - SENAC	1,00%	0,00%
	SEBRAE	0,60%	0,00%
	INCRA	0,20%	0,00%
	FGTS	8,00%	8,00%
	Total	39,80%	36,50%
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	Transporte	-	-
	Vale alimentação	-	-
	Auxílio saúde	-	-
	Benefício social familiar	-	-
	Seguro de vida	-	-
	Total	-	-
Módulo 3 – Provisão para rescisão	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	0,00%
	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,00%
	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,47%	0,00%
	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	0,00%
	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	0,00%
	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	0,00%
	Total	7,16%	0,00%
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	0,00%
	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,82%	0,82%
	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,02%
	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,03%	0,03%
	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	0,00%
	Substituto na cobertura de Outras Ausências (especificar)	0,00%	0,00%
	Total	2,56%	0,87%
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	0,00%	0,00%
	Total	0,00%	0,00%
Módulo 5 – Insumos diversos	Uniformes	-	-
	Calçado e crachá	-	-
	Materiais e EPIs (sob demanda)	-	-
	Equipamentos (sob demanda)	-	-
	Total	-	-
Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Custos Indiretos	2,75%	1,38%
	Lucro	3,90%	1,95%
	COFINS	3,00%	3,00%
	PIS	0,65%	0,65%
	ISS	5,00%	5,00%
	Total	15,30%	11,98%

Documento Digitalizado Público

Apêndice V - Memórias de cálculo e tabela-resumo de percentuais [atualizado]

Assunto: Apêndice V - Memórias de cálculo e tabela-resumo de percentuais [atualizado]
Assinado por: Humberto Junior
Tipo do Documento: Documento Informativo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Humberto Dantas de Oliveira Junior, ADMINISTRADOR**, em 07/06/2024 19:42:44.

Este documento foi armazenado no SUAP em 07/06/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1803782
Código de Autenticação: de0c3c85b7

